

**INSTRUÇÕES**

Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na Folha de Respostas, para cada item: o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO e nas questões da prova marque ao lado o comando. A ausência de marcação não penaliza e a marcação de ambos os campos serão apenadas. Para devidas marcações, use a Folha de Respostas, único documento válido para a correção das suas provas objetivas. Caso haja item(ns) constituído(s) pela estrutura Situação hipotética: ... seguida de Assertiva: ..., os dados apresentados como situação hipotética devem ser considerados premissa(s) para o julgamento da assertiva proposta. Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão "Espaço livre" — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunhos etc.

**TEXTO I**

O Cerrado, segunda maior formação vegetal do Brasil e da América do Sul, é frequentemente subestimado em sua complexidade ecológica, sendo erroneamente categorizado como uma mera savana. Contudo, suas savanas, florestas e campos abrigam uma biodiversidade incomparável, com mais de dez mil espécies de plantas catalogadas, muitas delas endêmicas. Este bioma se destaca como um berço de águas, alimentando importantes bacias hidrográficas como as do Paraná, Tocantins/Araguaia e São Francisco, e influenciando diretamente o regime hídrico de vastas regiões do país. A riqueza de sua fauna, que inclui mamíferos ameaçados como o lobo-guará e a anta, e milhares de espécies de insetos e aves, sublinha a urgência de sua conservação.

Historicamente, a expansão agrícola no Brasil, especialmente a monocultura de soja e a pecuária extensiva, tem avançado vigorosamente sobre o Cerrado. A conversão de áreas nativas para lavouras e pastagens resultou em uma perda de cobertura vegetal que já atinge cerca de metade de sua área original. Essa devastação não apenas compromete a resiliência do ecossistema, mas também acelera a erosão do solo, a contaminação dos recursos hídricos por agrotóxicos e a emissão de gases de efeito estufa. Paradigmaticamente, a legislação ambiental brasileira conferiu ao Cerrado uma proteção menos robusta se comparada à Amazônia e à Mata Atlântica, o que o tornou mais vulnerável aos avanços do desmatamento legal e ilegal. A persistência de práticas insustentáveis e a implementação de políticas públicas que, por vezes, priorizam o desenvolvimento econômico em detrimento da sustentabilidade ambiental, dificultam a reversão desse cenário preocupante. A conscientização sobre a importância estratégica do Cerrado para a segurança hídrica e alimentar do Brasil é crucial para que se estabeleçam mecanismos eficazes de proteção e recuperação.

(Adaptado de O Globo, nov. 2024)

Com base no texto acima, julgue o item a seguir.

01-(IBED) Infere-se do texto que a relativa vulnerabilidade legal do bioma Cerrado, em comparação à Amazônia e à Mata Atlântica, é um fator determinante para a intensificação da sua degradação ambiental, uma vez que a ausência de amparo jurídico equivalente facilita a conversão de suas áreas nativas para atividades agrícolas e pecuárias.

02-(IBED) A expressão 'berço de águas', utilizada no primeiro parágrafo para caracterizar o Cerrado, manifesta uma metáfora que, no contexto, atribui ao bioma a função de uma fonte primordial de recursos hídricos, sendo responsável pela origem e manutenção de importantes bacias hidrográficas nacionais. Todavia, a substituição dessa expressão por 'região de mananciais' manteria integralmente o sentido e o impacto estilístico da frase original.

03-(IBED) No segmento 'A persistência de práticas insustentáveis e a implementação de políticas públicas que, por vezes, priorizam o desenvolvimento econômico em detrimento da sustentabilidade ambiental, dificultam a reversão desse cenário preocupante', o termo 'que' introduz uma oração subordinada adjetiva explicativa, contribuindo para esclarecer o tipo de 'políticas públicas'. A retirada das vírgulas que isolam essa oração não alteraria a correção gramatical, mas introduziria uma restrição ao significado de 'políticas públicas', modificando a interpretação original do autor.

04-(IBED) Considere o trecho 'Historicamente, a expansão agrícola no Brasil, especialmente a monocultura de soja e a pecuária extensiva, tem avançado vigorosamente sobre o Cerrado'. A palavra 'vigorosamente' atua como um advérbio de modo e intensifica a ação de 'avançado', indicando que o progresso da expansão agrícola ocorre de maneira potente e rápida. No contexto, se substituído por 'paulatinamente', o sentido da frase seria invertido, indicando um avanço gradual e lento, contrariando a tese de rápida devastação do bioma.

05-(IBED) O segundo parágrafo do TEXTO I apresenta uma relação de causa e consequência explícita ao conectar a expansão agrícola no Brasil com a perda de cobertura vegetal do Cerrado, a erosão do solo, a contaminação da água e as emissões de gases estufa. Essa conexão lógica é reforçada pela utilização de conjunções explicativas. No entanto, a ideia central do parágrafo concentra-se mais na descrição do problema do que na apresentação de soluções imediatas, característica que desqualifica a argumentação apresentada como plenamente persuasiva.

06-(IBED) Situação hipotética: Um novo projeto de lei proposto no congresso visa a criação de uma agência reguladora autônoma para monitorar e propor diretrizes para políticas públicas federais. Assertiva: Conforme a teoria dos ciclos de políticas públicas, a criação dessa agência impactaria diretamente a fase de formulação da agenda governamental, ao introduzir um novo ator com capacidade de balizar a entrada de problemas na pauta decisória, e a de monitoramento e avaliação, dada sua função fiscalizadora e propositiva, solidificando a transparência e a accountability no âmbito da governança pública.

07-(IBED) A distinção entre políticas distributivas, redistributivas e regulatórias, proposta por Theodore Lowi na sua tipologia de políticas públicas, é fundamental para compreender os diferentes arranjos de poder e as lógicas de deliberação associadas a cada tipo. As políticas redistributivas, que buscam alterar a distribuição de bens e recursos de forma significativa na sociedade, caracterizam-se por envolverem baixos custos políticos e consensos amplos, facilitando sua implementação devido à ausência de perdedores bem definidos.

08-(IBED) O processo de federalismo e descentralização de políticas públicas no Brasil, embora promova a autonomia dos entes federativos e a maior adequação das ações governamentais às realidades locais, frequentemente gera desafios significativos, como a assimetria na capacidade de implementação entre municípios e estados, a fragmentação da ação estatal e a dificuldade de coordenação intergovernamental, elementos que podem comprometer a efetividade e a equidade na entrega de serviços públicos essenciais, como saúde e educação.

09-(IBED) No contexto das políticas de institucionalização dos Direitos Humanos como políticas de Estado, o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), instituído pelo Decreto nº 7.037/2009, desempenha um papel meramente simbólico. Suas diretrizes, por não possuírem força de lei, não oferecem subsídio para a elaboração de programas e ações concretas que visem à efetivação dos direitos fundamentais, sendo sua implementação dependente exclusivamente de vontades políticas momentâneas e desvinculada de compromissos estatais de longo prazo.

10-(IBED) É correto afirmar que o desenvolvimento sustentável, enquanto pilar essencial das políticas públicas contemporâneas, transcende a mera proteção ambiental, englobando simultaneamente as dimensões econômica e social, de modo a garantir que as necessidades do presente sejam atendidas sem comprometer a capacidade das futuras gerações de atenderem às suas próprias necessidades. Nesse sentido, programas de mitigação das mudanças climáticas que negligenciam aspectos de justiça social e equidade intergeracional não podem ser plenamente qualificados como sustentáveis.

11-(IBED) O município de Parnaguá, localizado no sudeste do estado do Piauí, é considerado o segundo município mais antigo do estado, tendo sido elevado à condição de município em 1761, sendo precedido apenas por Oeiras. Originalmente denominada Vila de Nossa Senhora do Livramento de Paranaguá, a cidade teve seu nome simplificado para Parnaguá após sua emancipação política.

12-(IBED) A etimologia do nome Parnaguá tem origem na língua tupi e significa "enseada de grande rio", derivando da junção dos termos "paraná" (grande rio) e "kûá" (enseada ou baía). Esta denominação reflete a histórica relação do município com os recursos hídricos da região sudeste do Piauí.

14-(IBED) Parnaguá está situada no extremo norte do estado do Piauí, a aproximadamente 100 quilômetros da capital Teresina, caracterizando-se por sua proximidade com o litoral e o Delta do Rio Parnaíba, o que favorece o desenvolvimento de atividades portuárias e turísticas relacionadas ao ambiente costeiro.

15-(IBED) Entre os filhos ilustres de Parnaguá destaca-se João Lustosa da Cunha Paranaguá, que recebeu os títulos de 2º Visconde e 2º Marquês de Paranaguá durante o período imperial brasileiro. Este personagem histórico acrescentou "Paranaguá" como seu último sobrenome em homenagem à sua cidade natal, demonstrando o prestígio e a relevância histórica do município no cenário político do Império.

16-(IBED) O município de Parnaguá, localizado no sudeste do Piauí, faz divisa exclusivamente com outros municípios piauienses, não possuindo fronteira com nenhum estado vizinho. Esta característica geográfica o distingue de outros municípios da região que compartilham limites com estados como Bahia e Maranhão.

16-(IBED) Situação hipotética: Uma instituição governamental almeja implementar um sistema de identificação biométrica facial em larga escala para otimizar o acesso a serviços públicos, alegando aprimoramento da segurança e eficiência. Assertiva: A utilização de tecnologias emergentes como a IA, nesse cenário, implica em profundas discussões éticas e de privacidade, dada a capacidade preditiva e de vigilância que o reconhecimento facial por IA confere. Embora possa aprimorar a governança digital, tal implementação demanda um arcabouço legal robusto e mecanismos transparentes de controle que assegurem a proteção de dados e a não-discriminação, sob pena de violar direitos fundamentais e minar a confiança do cidadão, especialmente pela suscetibilidade de algoritmos a vieses de treinamento que podem resultar em iniquidade no acesso aos serviços e na fiscalização.

17-(IBED) No contexto da Internet das Coisas (IoT), a convergência de diversos dispositivos conectados, desde eletrodomésticos inteligentes até sensores ambientais, gera um volume massivo de dados. Essa proliferação de dados exige uma infraestrutura de computação em nuvem robusta para armazenamento e processamento. Contudo, essa interconexão, embora promova eficiência e automação, atua como um vetor de fragilidades na segurança digital, pois a vulnerabilidade de um único dispositivo IoT pode comprometer toda a rede, criando novas superfícies de ataque que são, em geral, mais simples de serem gerenciadas por métodos tradicionais de segurança da informação do que por abordagens voltadas à resiliência de sistemas distribuídos e massivamente integrados.

18-(IBED) Sobre as tecnologias emergentes no cenário de governança digital, o 5G, ao proporcionar latências ultrabaixas e velocidades de conexão significativamente superiores às gerações anteriores, fomenta uma revolução. Esse avanço tecnológico tem o potencial de viabilizar aplicações de realidade aumentada e virtual em treinamentos de servidores públicos e de otimizar a comunicação entre diferentes órgãos do Estado. No entanto, sua implementação exige um investimento considerável em infraestrutura, que, se não acompanhado por políticas de inclusão digital e democratização do acesso, pode acentuar o fosso digital entre regiões e classes sociais no Brasil, transformando-se em um vetor de desigualdade ao invés de um catalisador de progresso igualitário.

19-(IBED) A Computação em Nuvem (Cloud Computing) oferece modelos de serviço como IaaS (Infrastructure as a Service), PaaS (Platform as a Service) e SaaS (Software as a Service), permitindo que órgãos governamentais hospedem suas aplicações e dados em infraestruturas de terceiros, como AWS, Azure ou Google Cloud. Essa abordagem, apesar de otimizar custos e escalabilidade, é intrinsecamente menos segura que a hospedagem local. A delegação da gestão da segurança a provedores externos exime o órgão público da responsabilidade pela conformidade regulatória e pela proteção dos dados sensíveis, uma vez que a segurança na nuvem é de responsabilidade integral do provedor de serviço, conformando-se ao princípio da 'nuvem zero-trust' adotado por esses provedores como padrão único e irrestrito, o que simplifica a governança de dados governamentais.

20-(IBED) Com o advento de ferramentas de Inteligência Artificial Generativa, como ChatGPT e Google Bard, o setor público se depara com a oportunidade de otimizar processos internos, desde a redação de documentos técnicos até a resposta automatizada a questionamentos da população. No entanto, a implementação dessas ferramentas em ambientes governamentais exige uma avaliação rigorosa quanto à confiabilidade das informações geradas, o controle sobre os dados de treinamento utilizados e a potencial substituição de mão de obra humana, que pode levar a questões éticas e sociais graves. A capacidade de discernir a veracidade e a fonte da informação produzida por essas IAs torna-se um desafio central, exigindo que o usuário final detenha um alto grau de letramento digital e crítico para evitar a disseminação de notícias falsas ou dados imprecisos que comprometam a integridade dos serviços públicos.

21-(IBED) A aquisição da leitura e da escrita, de acordo com as teorias construtivistas mais difundidas, não se limita à decodificação sígnica, mas engloba a compreensão profunda da função social da linguagem e a produção de sentido, processo este que se inicia muito antes da formalização escolar, através do contato com diferentes portadores de texto e práticas de letramento no ambiente familiar.

22-(IBED) Os objetivos da educação infantil para a faixa etária de zero a três anos, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), devem ser pautados exclusivamente no desenvolvimento cognitivo, priorizando a estimulação precoce de habilidades aritméticas e linguísticas formalmente pré-determinadas, em detrimento das interações e da brincadeira como eixos estruturantes.

23-(IBED) Situação hipotética: Uma instituição de educação infantil planeja a rotina de uma turma de berçário. Assertiva: A correta implementação da rotina de cuidados essenciais, como higiene e alimentação, deve ser rigidamente padronizada para todas as crianças, sem qualquer flexibilização individualizada, a fim de garantir a uniformidade pedagógica e a eficiência operacional da creche.

24-(IBED) A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), ao tratar da educação infantil, estabelece que o ensino de arte deve ser compreendido como uma disciplina complementar, cuja função primordial é o desenvolvimento de habilidades motoras finas e a memorização de técnicas artísticas específicas, dissociadas da promoção da criatividade, da expressão cultural e da sensibilidade estética.

25-(IBED) A avaliação do desenvolvimento e do desempenho escolar, sob a perspectiva da avaliação formativa, tem como finalidade primordial a mera classificação dos alunos em níveis de proficiência, sem integrar-se como instrumento de reorientação da prática pedagógica do professor ou de intervenção nas dificuldades de aprendizagem, conforme preconiza a legislação educacional vigente.

26-(IBED) De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a prioridade absoluta conferida à criança e ao adolescente em todos os setores da sociedade implica que a formulação de políticas públicas e a destinação de recursos devem antes atender a interesses de outras esferas governamentais, para só então, em caráter suplementar, considerar as necessidades infanto-juvenis.

27-(IBED) No contexto da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, o currículo deve ser concebido de modo flexível e adaptável, prevendo recursos e estratégias diferenciadas para atender às especificidades dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, sem que isso implique a segregação ou a criação de currículos paralelos.

28-(IBED) A ludicidade, os jogos e as brincadeiras, elementos centrais no processo de desenvolvimento infantil, conforme as etapas psicomotoras, devem ser incentivados na creche apenas como momentos de decompressão e entretenimento, e não como estratégias pedagógicas essenciais para a construção do conhecimento, a interação social e o desenvolvimento integral da criança.

29-(IBED) Situação hipotética: Uma educadora observa que uma criança de 2 anos apresenta dificuldades na coordenação motora fina. Assertiva: A intervenção psicopedagógica mais adequada, nesse caso, seria a imediata introdução de atividades de escrita formalizada, visando a superação da dificuldade através da repetição exaustiva de exercícios caligráficos, ignorando a importância de atividades lúdicas e manipulativas.

30-(IBED) A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei nº 9.394/96) estabelece que a educação básica, composta pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, é dever da família e do Estado, tendo como finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, sem distinção de raça, gênero ou condição social.

31-(IBED) O planejamento de aula na educação infantil deve privilegiar a rigidez de um currículo pré-determinado e fixo, excluindo a possibilidade de ajustes e adaptações baseados na observação das necessidades e interesses das crianças, bem como nas especificidades do contexto, o que contraria as premissas de um planejamento flexível e responsivo.

32-(IBED) O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) ressalta a importância do professor como mediador cultural e promotor de experiências significativas para a criança, concebendo o espaço físico da instituição como um mero recipiente para tais atividades, sem considerar sua inerente potencialidade educativa e seu papel ativo na configuração das interações.

33-(IBED) O processo de ampliação do repertório vocabular em crianças, especialmente na educação infantil, ocorre majoritariamente através de técnicas instrucionais diretas de memorização de palavras, em detrimento da imersão em ambientes ricos em linguagem, da interação dialógica e da exposição a narrativas e textos diversificados que proporcionem contextos significativos para a aquisição de novos termos.

34-(IBED) A Constituição Federal de 1988, em seus artigos 205 a 214, ao tratar da educação, estabelece que o ensino será ministrado com base em princípios como a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber, e o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, o que coaduna com a autonomia didático-científica das instituições de ensino.

35-(IBED) A transição da concepção do número como mera contagem mecânica para sua compreensão como representação de quantidade e medida, e sua aplicação em contextos problemáticos, constitui um desafio pedagógico que exige a superação de métodos meramente memorísticos em favor de abordagens que explorem a construção do raciocínio lógico-matemático desde a educação infantil.

36-(IBED) Situação hipotética: Uma escola implementa um sistema de avaliação externa para verificar o desempenho dos alunos do ensino fundamental. Assertiva: A Política Nacional de Avaliação, conforme o Plano Nacional de Educação (PNE), preconiza que tais sistemas devem ser exclusivamente somativos e classificatórios, sem fornecer subsídios para a reformulação de planos de ensino ou para o aprimoramento da prática docente.

37-(IBED) As características da criança de 0 a 3 anos demandam que o cuidado e a educação sejam elementos indissociáveis na rotina da creche, onde a promoção do desenvolvimento deve ocorrer de forma integrada, considerando o bem-estar físico, emocional, social e cognitivo, sendo a separação rígida entre as dimensões do 'cuidar' e do 'educar' um entrave ao seu desenvolvimento pleno.

38-(IBED) A utilização de histórias e do desenho infantil na educação deve ser restrita a momentos de lazer e descontração, uma vez que estas atividades não possuem relevância significativa para o desenvolvimento da linguagem, da imaginação, da expressão de sentimentos e da construção de narrativas, elementos cruciais para o desenvolvimento integral da criança.

39-(IBED) Os métodos e processos no ensino da leitura devem priorizar a abordagem global, que estimula o reconhecimento de palavras e frases por meio da memorização visual, em detrimento da análise fonológica e da decodificação, sendo esta última considerada pouco eficaz para a compreensão textual e para o desenvolvimento da autonomia leitora na fase inicial do ensino fundamental.

40-(IBED) A Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE), estabelece como uma de suas diretrizes a superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da equidade, e a valorização dos profissionais da educação, fatores estes que são coadunantes com a construção de um sistema educacional mais justo e eficiente.

41-(IBED) A avaliação da linguagem oral, escrita, audição e leitura na educação infantil e no ensino fundamental deve ser concebida como um processo contínuo e diagnóstico, utilizando múltiplos instrumentos e técnicas, a fim de identificar as habilidades e necessidades individuais dos alunos, e não meramente como um evento pontual de testagem de conhecimentos.

42-(IBED) Situação hipotética: Uma instituição de ensino fundamental propõe um projeto pedagógico que visa a integração de diferentes áreas do conhecimento. Assertiva: A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) desestimula a interdisciplinaridade, ao focar na compartimentação rígida dos componentes curriculares, o que impede a construção de um saber mais contextualizado e significativo para o aluno.

43-(IBED) A psicomotricidade, com suas etapas de desenvolvimento (tonicidade, equilíbrio, lateralidade, noção corporal, estruturação espaço-temporal e praxia global e fina), desempenha um papel secundário na aprendizagem formal, sendo seu foco principal restrito ao desenvolvimento físico, sem conexão significativa com os processos cognitivos e socioemocionais.

44-(IBED) Os princípios fundamentais da Constituição da República Federativa do Brasil, expressos nos artigos 1º a 4º, compreendem a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, e o pluralismo político, balizadores que devem nortear a organização e a condução de todos os serviços públicos, incluindo a educação.

45-(IBED) A educação inclusiva, definida pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, pressupõe a reorganização dos sistemas de ensino para assegurar o acesso, a participação e a aprendizagem de todos os estudantes, sem exceção, implicando a eliminação de barreiras e a promoção de ambientes educacionais flexíveis e acessíveis.

46-(IBED) As tendências e desafios atuais da Educação, como a incorporação de tecnologias digitais, a personalização do ensino e a promoção de competências socioemocionais, devem ser abordados de forma isolada, sem buscar sua integração com as práticas pedagógicas existentes, pois essa sobreposição poderia comprometer a eficácia dos métodos tradicionais.

47-(IBED) O espaço físico e os recursos materiais na creche e no ensino fundamental devem ser concebidos de forma neutra e padronizada, priorizando a funcionalidade básica e a durabilidade, sem considerar sua potencialidade para promover a autonomia, a criatividade, a interação social e a exploração do ambiente pelas crianças.

48-(IBED) Situação hipotética: Uma equipe pedagógica debate sobre a importância do banho de sol na rotina de bebês em creche. Assertiva: As rotinas de atendimento à criança, como o banho de sol, são de caráter meramente opcional e sua execução está condicionada à conveniência da instituição, sem qualquer vínculo com a saúde e o desenvolvimento integral da criança.

49-(IBED) Os programas de ensino fundamental devem focar prioritariamente na transmissão de conteúdos factuais e na memorização de informações, negligenciando o desenvolvimento de habilidades de pensamento crítico, resolução de problemas e capacidade de aprender a aprender, aspectos essenciais para a formação cidadã e para os desafios do século XXI.

50-(IBED) O currículo, enquanto conjunto de experiências planejadas e vividas, deve ser compreendido como um documento estático e prescritivo, que delimita rigidamente o que deve ser ensinado, sem considerar as interações dinâmicas entre os sujeitos envolvidos no processo educativo, o contexto sociocultural e as necessidades emergentes dos alunos.